

em 60% para o Estado e em 40% para a Inspeção-Geral das Actividades Económicas.

CAPÍTULO VI

Disposições Finais

Artigo 41º

Norma revogatória

É revogada a Portaria n.º 1.166, publicada no *Boletim Oficial* n.º 19, de 9 de Maio de 1936.

Artigo 42º

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor 60 dias após a sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros.

José Maria Pereira Neves - João Pereira Silva - Júlio Lopes Correia - João Pinto Serra

Promulgado em 2 de Março de 2005.

Publique-se.

O Presidente da República, PEDRO VERONA RODRIGUES PIRES

Referendado em 7 de Março de 2005.

O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves*.

Decreto-Lei nº 21/2005

de 14 de Março

Os princípios consagrados no Decreto-Lei nº 5/94, de 7 de Fevereiro, apontam para a implementação de uma organização económica e empresarial do sector das telecomunicações no sentido da perfeita diferenciação e autonomização das actividades desenvolvidas pelos operadores no âmbito da prestação de diversos serviços de telecomunicações.

Tais princípios visam especialmente assegurar condições de uma sã concorrência no mercado das telecomunicações, que importa ao Governo garantir e controlar.

Nestes termos, o Decreto-Lei nº 72/95, de 20 de Novembro, definiu o regime do estabelecimento, gestão e exploração das infra-estruturas e de prestação de serviços de telecomunicações complementares, permitindo a

prestação destes serviços, em regime de concorrência, pela Cabo Verde Telecom., Sarl, enquanto operador de serviço público de telecomunicações, e por empresas de telecomunicações complementares, em qualquer dos casos devidamente licenciados.

A abertura dos serviços complementares ao mercado concorrencial fez-se, porém, com a natural salvaguarda dos direitos já adquiridos, razão pela qual se previu no nº 1 do artigo 18º do citado Decreto-Lei nº 72/95, a possibilidade de a Cabo Verde Telecom., Sarl, continuar a prestar os serviços complementares que vinha operando, desde que iniciasse para o efeito o respectivo processo de licenciamento. Determina-se no nº 2 do mesmo artigo, pelas mesmas razões, que as licenças assim emitidas, quando respeitantes a serviços móveis, seriam intransmissíveis.

As regras de um mercado concorrencial transparente aconselham, no entanto, que, em determinadas situações, a figura de operador de serviços fundamentais se deverá inequivocamente distinguir da do operador de serviços complementares.

Com efeito, tais regras impõem uma clara definição da forma e dos custos de acesso à rede básica, designadamente em condições de igualdade por parte de todos os operadores de serviços complementares. Deste modo, clarifica-se que a Cabo Verde Telecom., SA, operador de serviços fundamentais que presta serviços complementares deve autonomizar empresarialmente tais serviços, constituindo para o efeito entidades juridicamente distintas, cujo capital pode ser aberto a terceiros.

Assim, há que alterar o artigo 18º do Decreto-Lei nº 72/95, de 20 de Novembro.

No uso da faculdade conferida pela alínea a) do nº 2 do artigo 203º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1º

O artigo 18º do Decreto-Lei nº 72/95, de 20 de Novembro, passa a ter a seguinte redacção:

“Artigo 18º [...]

1. [...].

2. Para os efeitos do disposto no número anterior, deve a Cabo Verde Telecom., SA, autonomizar os serviços licenciados, constituindo para o efeito entidades juridicamente distintas, no prazo fixado por despacho do membro do Governo responsável pelas comunicações.

3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, são intransmissíveis os títulos de licenciamento para a prestação de serviços de telecomunicações complementares móveis atribuídos nos termos do presente artigo.”

Artigo 2º

O presente diploma entra em vigor no segundo dia após a sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros.

José Maria Pereira Neves - Manuel Inocêncio Sousa - João Pereira Silva.

Promulgado em 2 de Março de 2005.

Publique-se.

O Presidente da Republica; PEDRO VERONA RODRIGUES PIRES.

Referendado em 7 de Março de 2005.

O Primeiro-Ministro, *José Maria Pires Neves.*

—o—

MINISTÉRIO DAS INFRAESTRUTURAS E TRANSPORTES

Gabinete do Ministro

Portaria nº 18/2005

de 14 de Março

O Decreto-Lei nº 24/2004, de 7 de Junho, remete para portaria do membro do Governo responsável pelos transportes marítimos a fixação da capacidade mínima de passageiros e de carga dos navios mistos para a prestação do serviço público de transporte marítimo de carga e passageiros.

Assim, convindo fixar, para efeitos de concurso público, a capacidade mínima dos navios para a prestação do referido serviço;

Nos termos do nº 3 do artigo 259º da Constituição e da alínea e) do nº 6 das Bases da Concessão do Serviço Público de Transporte Marítimo de Carga e Passageiros, aprovadas pelo Decreto-Lei nº 24/2004, de 7 de Junho:

Manda o Governo, pelo Ministro de Estado e das Infra-estruturas e Transportes, o seguinte:

Artigo 1º

A capacidade mínima exigida para os navios que prestam o serviço pública de transporte marítimo de carga e passageiros é a seguinte:

- a) Para as linhas Furna – São Filipe – Furna e Praia – Porto Inglês – Praia, 30 toneladas de carga e 20 passageiros;
- b) Para as restantes linhas, 50 toneladas de carga e 30 passageiros.

Artigo 2º

A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Gabinete do Ministro de Estado e das Infra-estruturas e Transportes, na Cidade da Praia, aos 15 de Fevereiro de 2005. – O Ministro, *Manuel Inocêncio Sousa.*

—o—

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E PLANEAMENTO

Gabinete do Ministro

Portaria nº 19/2005

de 14 de Março

A Lei nº 3/V/96, de 1 de Julho, regula a constituição, o funcionamento e a actividade das instituições de créditos e parabancárias;

Convindo definir o capital social mínimo de cada um dos tipos de instituições de crédito e parabancárias referidas nesse diploma, de forma a adequá-lo aos riscos que estas instituições podem assumir no exercício das suas actividades específicas;

Sob proposta do Banco de Cabo Verde, nos termos do artigo 29º da Lei nº 3/V/96 de 1 de Julho, manda o Governo de Cabo Verde, pelo Ministro das Finanças e Planeamento, o seguinte:

Artigo 1º

As instituições de crédito e as instituições parabancárias infra indicadas, devem possuir um **capital social** de montante não inferior ao que segue:

- a) Bancos: 300 milhões de escudos;
- b) Instituições especiais de crédito com a natureza de caixas económicas: 70 milhões de escudos;
- c) Sociedades de investimento: 100 milhões de escudos;
- d) Sociedades de capital de risco: 60 milhões de escudos;
- e) Sociedades de locação financeira: capital de 40, 50 ou 60 milhões de escudos, conforme a sociedade tenha por objecto a locação financeira mobiliária, a imobiliária ou ambas;
- f) Sociedades de desenvolvimento regional: 60 milhões de escudos;